

A VIOLÊNCIA ENQUANTO RESSIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL: NEM EMANCIPAÇÃO, NEM REGULAÇÃO. SISTEMÁTICA DE VIOLÊNCIA CONTRA A CIDADANIA DOS ESQUECIDOS

Antonio Marcelo Pacheco¹

Resumo: O texto é resultado de uma primeira aproximação ao tema da violência urbana que se realiza no âmbito do grupo de pesquisa Violência e Cidadania da UFRGS tendo como objeto de investigação os relatos sobre homicídios praticados contra moradores de rua nas cidades brasileiras através de retratos dessa violência na mídia escrita e em dados oficiais das secretarias de segurança. Em uma primeira observação tal processo irracional de extermínio não observa nenhum padrão de violência, mas sim ocorre na medida em que os moradores de rua não se enquadram num modelo de cidadãos que “merecem” estar protegidos. Ainda que compreendida como uma violência nova para padrões sociológico-jurídicos representa uma significativa ameaça à construção da cidadania em nosso país.

Palavras-Chave: Violência. Cidadania. Mídia. Espaço Urbano. Morador de Rua.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Quando a violência é o acerto além do não pagamento. 3. O pessoal quer sentir a experiência e dizer: ‘Estou na favela’. 4. Conclusão. 5. Referências.

1 INTRODUÇÃO

¹ Antonio Marcelo Pacheco é Mestre em Ciência Política pela UFRGS, Mestre em Direito pela UNISINOS, Doutorando em Sociologia pela UFRGS, Graduado em História, Filosofia, Sociologia e Ciências Jurídicas e membro do grupo de pesquisa ‘Violência, Criminalização, Cidadania e Direito da UFRGS. Trabalha com moradores de rua há 03 anos.

O objeto da Sociologia não pode ser indicado por uma definição, mas pela ação crítica e pela recusa de acreditar em todas as interpretações, desde a racionalização com que um ator recobre seus atos até o sentido encarnado nas categorias administrativas que parecem mais distantes de estarem carregadas de intenções. (Touraine, 1982:21)

O sociólogo é um ser que sente, mas não necessariamente um ser que acredita. O sentir é uma condição espacial na qual o observador pode se inserir e ser inserido pelo fato social. Tal sentimento é alguma forma de intervenção do sociólogo sobre o espaço social permitindo-lhe que, nessas intencionalidades históricas ao qual aquele fato se metamorfoseia, o seu olhar interessado busque justificativas e significados para aquilo que, no empírico que observa, ele mesmo se observe enquanto sujeito sujeitado.

A violência é também sentimento, nesse sentido, ela é um todo cultural de significados e de significação. Articulada com a cultura enquanto representação simbólica de um imaginário ela é mais do que o estigma ao qual um discurso oficial busca engessar.

Articulada com a cultura ela é elemento constitutivo do social e não somente resultado de comportamentos '*desviantes*', ou seja, é mais do que práticas repetidas dos sujeitos às quais o grupo confere uma polaridade negativa. A violência é um elemento, na plenitude de todos os efeitos que isso confere, de tradição.

A '*fala*' da violência é a realidade da violência. É reconhecimento de uma condição substantiva da própria condição do ser, quer dizer, de um aspecto que permite, paradoxalmente (re)conhecer a sua condição de homem e humanidade.

A violência não pode ser totalmente definida fora do campo aonde emerge, ou seja, ela acontece no espaço social, ali, no cadinho de tensões que se estabelecem na existencialidade da alteridade, isto é, no e com o outro.

Este não é compreendido apenas enquanto ser humano, mas como todos aqueles que estabelecem com os sujeitos relações de significação ao qual o sociólogo precisa arqueologicamente escavar. Assim, família, escola, igreja, trabalho e o Estado também são campos de antagonismos, de oposições e de complementações em que a violência emerge física e simbolicamente. São tensões históricas as quais o sociólogo vem sendo chamado a compreender na sua própria historicidade.

Social, a violência é um discurso histórico. Sua condição de assujeitamento ao *devoir* permite afirmar que a '*novidade*' em torno da sua presença e intensidade é sempre determinada pelo conjunto nocional que cada sociedade a partir da emergência do campo histórico em que ela se funda confere aos significados que a constituem. Ela é (re)conceitualizada constantemente, o que permite na descontinuidade da '*novidade*' uma certa continuidade, pois "*os conceitos formam um sistema essencialmente descontínuo e transpõem o processo de nossas percepções sensíveis que é um fluxo, para uma série de termos imóveis e petrificados*". (Bachelard, 2004: 30)

Quer dizer: a violência recebe, historicamente, camadas e camadas de significados historicizados socialmente na medida em que a sua presença abandona a condição subsidiária do construto social para a de protagonista. Tem sido a modernidade e as suas rupturas e crises o cenário simbólico ao qual a violência tem participado nesta última condição: ela é, fundamentalmente, protagonista. A crise desta crise em

torno da modernidade não tem mais força para sufocar num sobrestamento conceitual a significação autopoiética da violência, capaz de se produzir e de formar-se em um epicentro comportamental.

Foucault destaca a passagem da *épistémè* (tradicional, clássica e pós-clássica) para compreender genealogicamente a relação das palavras (linguagem) e as coisas (a mundanidade). De certa forma, a crise dessa sociedade pós-clássica ou pós-tradicional, como afirma Giddens, pode ser nominada como de uma *épistémè* da violência.

A sociedade globalizada (o mundo), paradoxalmente conflituosa encontra na dimensão dessa historicidade da violência (a linguagem) a sua própria condição de *épistémè*, ou seja, a substancialidade do risco e da complexidade tão observadas pelos cientistas sociais. A violência transcende a condição de fenômeno para se constituir em forma de conhecimento.

Essa *épistémè* da violência não se dá apenas num espaço de mais fácil apreensão que é o espaço macro-social, mas consideravelmente é no espaço micro-social que se pode perceber a presença desse conjunto de significados fundados na violência. É no campo de comportamento do indivíduo que ela se insere de forma porosa, instituindo-se na própria condição de existir do ser.

A compressão do tempo e do espaço altera a condição do sujeito na medida em que subvertem um conjunto de tradições que informavam esses mesmos sujeitos da sua condição de ser e da sua relação com o outro. A compulsão ao qual o sujeito se vê submetido é consequência dessa instantaneidade que o submete a novos e absolutamente velozes significados, velocidade que não permite consolidar significados, mas que nem por isso deixam de constituir significação. Esta compressão que

produz uma condição de compulsão social é, em muitos sentidos, violência.

A violência se dá na medida em que as formas de acumulação da tradição, compreendidas aqui como acumulação do trabalho, da cultura e do conhecimento deixam de se realizar para se instrumentalizarem a partir de uma instantaneidade que produz desconforto, estranhamento e perdimento do sujeito em relação aos institutos formados na tradição racionalista do iluminismo. Inevitável ao sujeito e à sociedade reagirem em espirais de conflitualidade a essa opacidade da tradição em tal grau e intensidade que a violência passa a ser condição de totalidade de linguagem. Totalidade na medida em que a partir dela se pode perceber e se relacionar com o mundo, o ambiente.

Em tal cenário como estabelecer uma teoria crítica? Uma teoria crítica não tem como objetivo a redução da realidade social, uma vez que não se propõe a uma explicação teleológica e redentora, pois se quer possível enquanto alternativa ao que é criticável no que existe de mundanidade no social.

Uma proposição de redução da realidade tramada por teorias teleológicas urde uma resposta intensa que transforma tais perspectivas teóricas em meras pretensões ideologizantes, as quais as teias da historicidade se encarregaram de revelar. Como lembra Bourdieu,

A vingança do real é impiedosa com a boa vontade mal esclarecida ou com o voluntarismo utopista; e o destino trágico dos empreendimentos políticos que se pretenderam uma ciência social presunçosa está aí para lembrar que a ambição mágica de transformar o mundo social sem conhecer os mecanismos que o movem corre o risco de substituir por uma outra violência, às vezes mais desumana, a

'violência inerte' dos mecanismos que a ignorância pretenciosa destruiu. (Bourdieu, 1988: 36)

É Foucault em sua crítica ao *Aufklärung* kantiano que observa que a condição do poder panóptico da ciência moderna não estabelece a possibilidade de uma saída dentro do sistema, já que a própria resistência torna-se disciplinar, isto é, uma opressão consentida na mesma medida em que se faz numa crítica permitida.

Igualmente buscando evitar essa sedução da crítica pela crítica, Boaventura de Souza Santos viabiliza na sua obra "*A Crítica da Razão Indolente – Contra o desperdício da experiência*", a possibilidade de alternativas que fundadas na multiculturalidade permitem uma *hermenêutica de suspeição* contra os *universalismos ou totalidades* do conhecimento.

Essa *hermenêutica da suspeição* é um caminho à construção de uma teoria pós-moderna de oposição, pois que ela busca enfrentar os problemas da modernidade a partir do reconhecimento da impossibilidade de soluções modernas. A violência com a sua figura de Janos é uma condição que, ampliada a partir do século XIX, dois séculos depois surpreende o próprio reflexo por ser distinta daquela na medida em que a sociedade moderna é algo além da própria modernidade e a violência se insere indistintamente a própria condição de transição dessa modernidade em crise.

A violência é um estrangeiro estranho à perspectiva de Boaventura. É assim na medida em que ela tem força para subverter o conhecimento emancipação mesmo quando esse se busca constituir a partir de uma reinvenção da comunidade que, exprimida pela ainda forte presença do conhecimento regulação, corre o risco de soçobrar em um

fundamentalismo qualquer, ou seja, em uma outra forma de violência desagregadora.

A razão é indolente porque tem medo e a experiência se realiza numa fragmentação constante do sujeito que, entre a primeira épistémè da emancipação e a segunda, a da regulação, opta por esta, agarrando-se no regulamento lato senso como legítimo simulacro de segurança e sobrevivência não somente física, mas especialmente simbólica.

A regulação se mostra ainda gramática capaz de ajustamento desse mundo pós '*Torres Gêmeas*' e na qual o terrorismo se faz presente num imenso campo de imaginário. Contudo, ela parece se tornar reivindicação popular na medida do crescente medo que frutifica no espaço social, ainda mais quando qualquer um é passível de ser sujeito ativo e passivo do agir violento. Na cultura do medo e do terror a violência corrompe a tradição maniqueísta do bem e do mal, ou seja, cada um carrega a possibilidade de se tornar agente de qualquer forma de agressão.

Como agir frente à violência que parece se transformar em intensidade e espacialidade? Como compreender as formas sociais de uma violência que acontece no seio do próprio espaço da sociedade civil a partir de uma banalização da banalidade do mal? Como aceitar a construção de um dogma de segurança em uma sociedade insegura?

Tais questões não podem ser aqui respondidas, inclusive porque não são questões cartesianas. São vetores que conduzem o olhar para um tipo de violência que acontece diariamente e num espaço de vizinhança que subverte clássicas teorias do conflito, ampliando o espaço deste ao universo da conflitualidade.

Muito da violência que acontece hoje tem uma emergência difusa (por falta de outro conceito se utiliza este) e traz novas motivações tais

como o prazer, o tédio e a indiferença em torno da própria ação violenta e na relação do agente-agressor em relação à vítima que parece ser fetichizada e reduzida à condição de objeto de uma pulsão.

São agentes agressores tradicionalmente jovens, em ações compartilhadas contra indivíduos anônimos e insignificantes para o senso comum social. São vandalizações do corpo do outro, da condição de ser do outro, do direito ao direito do outro, justificadas por um '*nada existencial*' ao qual a vítima é identificada ao mesmo tempo em que nenhuma redução normativo-jurídico consegue alcançar-tipificar. É um estímulo que nasce e se presentifica *do nada* enquanto satisfação do sujeito em si que age contra qualquer outro.

Importa destacar uma advertência que se faz a partir de uma observação de Bachelard: "*O estado lógico é um estado simples, até simplista. Não pode servir de prova diante de uma realidade psicológica, e não podemos nos afastar do 'conceito composto'... Empregar o conceito é precisamente fazê-lo intervir numa experiência nova. Isso equivale a dizer que a conceitualização só pode prosseguir por composição.*" (Bachelard, 2004: 31) Em outras palavras: a violência que leva a esta intervenção é nova na medida em que emerge enquanto novidade que transcende os próprios elementos significantes, mas que a falta de uma '*novalíngua*' só podemos nomear ainda como violência naquilo que o significado tradicional propõe. Sua presença é marcada pela sua condição histórica, mas sempre reinventada a partir de novas condições que se fazem quando da emergência discursiva que a (re)conhece. Portanto,

(...) a violência é tanto um recurso de expressão quanto uma estratégia de obtenção de visibilidade. Trata-se, assim, de uma violência ressimbolizada, a qual se afirma como elemento de estilo, como traço identificatório e um

dos emblemas diferenciadores de territórios, de grupos sociais, fazendo com que novos sujeitos ganhem visibilidade no espaço público. (Pereira, Rondelli, Schollammer e Herschamann, 2000: 16)

Mapear a essencialidade da violência é um exercício que leva o sociólogo a sentir o desafio de sentir uma fenomenologia do desespero, do desencanto, mas ao mesmo tempo buscar a compreensão em nome de uma substancialidade que ela ameaça e que vai além da vida individual daquele que sofre. A violência revela um esgotamento das redes capilares da cidadania, numa quebra da homeostase social.

O que se busca com essa aproximação, através de alguns exemplos é a aproximação sociológica em torno dessa perspectiva da violência em uma irradiação diacrônica, assimétrica, mas como se colocou mais acima, articulada na cultura de uma sociedade em transformação constante e que foi marcada por uma significativa transformação de suas condições sócio-culturais e econômicas como a nossa, mas mais ainda, sociedade abalada nas possibilidades de se explicar, compreender e reconhecer.

Dessa forma, os casos escolhidos como ilustração dessa ideia complexa da violência falam por si, mas precisam igualmente falar pela linguagem do sociólogo, o qual percebe na violência uma condição de sociabilidade que longe está daquela proposta pelos valores da tradição. Conforme José Vicente Tavares,

Adicionalmente, não estaria nascendo um código de sociabilidade, orientado pela violência? Qual o sentido social da violência? Por um lado, a violência aparece como o excesso, o sem sentido, as incivildades, o extremo ou a margem. Por outro lado, talvez se devesse deixar aberta a possibilidade de um sentido oculto, de uma terceira margem reveladora: não estaria nascendo (surgindo), a partir da

linguagem da violência uma nova norma social, talvez alimentada pelas lutas sociais contra a violência? (Tavares, 2011: 14)

É, assim, importante tentar perceber na violência, mais ainda em uma sociedade complexa como a nossa, uma condição, dentro do possível, pedagógica e, apesar de tudo que ela representa enquanto crítica que a rejeita, homeopaticamente ela é um instrumento de sociologização na medida em que é fenômeno e mundanidade do agir de sujeitos em seu próprio espaço e não somente como acaso de quebra ou ruptura daquilo que se espera a priori do sujeito sujeitado.

2 QUANDO A VIOLÊNCIA É O ACERTO ALÉM DO NÃO PAGAMENTO.

“A gente tinha acabado de sair do Sonique Bar, na Rua Bela Cintra. Eles nos seguiram até um posto de gasolina, que fica perto e, na loja de conveniência, começaram a nos chamar de ‘viados’ e dizer que tínhamos de morrer. Depois, do outro lado da rua, um dos agressores partiu para cima de mim e o outro começou a bater no meu namorado, que caiu desacordado depois de tomar um chute na cabeça. Fiquei desesperado, achei que ele tinha morrido”.²

A violência não é precedida do ritual tradicional de confrontação, ameaça e desafio. Não há uma condição situacional de estratégias e escolhas como estudadas por Randal Collins. Ela é a própria ação por não ser outra existencialidade social. As vítimas são ‘*escolhidas*’ em um amplo leque de categorias: homossexuais, mulheres, moradores de rua, drogados. Desviantes e anônimos, essas duas características unem

² Relato do analista fiscal Marcos Paulo Villa, de 32 anos que juntamente com o namorado, o supervisor financeiro J.P., de 30 anos, foram agredidos com socos e pontapés na madrugada do dia 02/10/2011, na região da Avenida Paulista, no centro da capital. Jornal Estado de São Paulo, página 17.

estes sujeitos reduzidos a certa condição de uma cidadania de segunda classe. É esse estranhamento cidadão que pode se constituir como única condição cognitiva a unir agressores e vítimas.

Ela começa dessacralizada, tradicionalmente encoberta pela noite e pela sensação de impunidade social. Acontece ao fim de festas, ou antes, mesmo dessas, como numa necessária dose de adrenalina para espantar o tédio de uma existência mundana previsível e anônima. A violência parece se confundir em espetáculo de ascensão do sujeito.

No caso acima, o casal Marcos e JP cometeram o equívoco de andar de mãos dadas pela via pública. Surpreende o fato apurado pela polícia de que os dois foram surrados à frente de um restaurante, o Mestiço, que apesar do horário ainda tinha clientes que presenciaram o fato, assistiram a toda a cena, mas nada fizeram. J.P. teve a perna direita fraturada em dois pontos, além de hematomas na nuca e nas pernas.

Em outro cenário, agora Rio de Janeiro, em 29/02/2012, um morador de rua foi morto a pedradas na madrugada, na Avenida Lobo Júnior, na Penha, zona norte. Curiosamente, num primeiro momento a Polícia Militar identificou outro morador de rua como suspeito de assassinar a vítima. Ele teria sido contido por populares. O que a imprensa descobriu depois foi surpreendente: dois jovens, brancos, bem vestidos teriam sido os autores das pedradas e o outro morador foi preso quando tentava ajudar o companheiro. O que era para ser descrito como mais um caso de violência entre miseráveis e descartáveis sociais, tomou um outro rumo quando a mídia desmascarou o preconceito.

O mesmo ocorreu em 03/02/2012, no Rio de Janeiro, antes da morte do morador de rua descrito acima, com a experiência absurda do estudante de desenho industrial Vitor Suarez Cunha, de 21 anos, que foi espancado por dois outros suspeitos, jovens como ele e também de

classe média. O espancamento teria ocorrido porque Vitor tentou impedir que um grupo de cinco jovens agredisse um morador de rua na Praça Jerusalém, no Jardim Guanabara, na Ilha do Governador, zona norte do Rio, por volta da 1h. Os jovens que agrediam ao morador de rua não gostaram de serem interrompidos pelo estudante *“quando apenas se divertiam”*.

Em Maceió, no ano passado, outro morador de rua, Genivaldo Ferreira dos Santos, de 32 anos, foi encontrado morto, com várias marcas de pedradas na cabeça, dentro de um banheiro de um clube de veraneio desativado na praia de Ponta Verde. Com a morte dele, a polícia divulgou que subia, até então, para 16 o número de moradores de rua assassinados em 2011 em Alagoas. Em 2010 tinham sido 34 os assassinatos, apenas de moradores de rua, registrados no Estado. O rosto dele estava irreconhecível por causa dos ferimentos provocados pelos golpes. *“Foi uma cena de horror”*, disse o chefe de serviço do 2.º Distrito Policial (DP), Ariel Almeida, quando chegou ao local do crime. *“Próximo ao corpo havia uma pedra ensangüentada, possivelmente a arma do crime”*, afirmou o policial. Segundo ele, o morador de rua trabalhava como guardador de carros na orla de Ponta Verde. Foi descoberto depois que o assassinato se deu por um grupo de jovens que não se conformou com a cobrança que ele exigiu por estar guardando o carro. O valor do serviço: R\$ 5,00 (cinco reais).

Em Campinas, na data de 04/12/2011, outro morador de rua foi encontrado morto. Ele estava na Rua Cônego Cipião, região central da cidade, segundo informou o Corpo de Bombeiros, que disse, ainda, que ele teria tido traumatismo craniano. Segundo testemunhas, jovens em um automóvel primeiro jogaram uma garrafa de cerveja, derrubando-o e após, parando o carro, desceram e cercando-o iniciaram as agressões.

Os casos acima são apenas um grão de areia no universo de ocorrências que diariamente se reproduzem nas cidades brasileiras. Como se apurou através da pesquisa em jornais e nos fóruns, este *'modus operandi'* tem se reproduzido cotidianamente, o que já não surpreende mais nem a mídia, nem a polícia e, muito menos, a população em geral.

Os exemplos que se multiplicam formam um painel que é revelador: os agressores são homens, na faixa dos 16 aos 30 anos, geralmente estão em dupla ou em grupos maiores e as vítimas são escolhidas sem uma motivação clara ou que pudesse estar em antagonismo com os agressores em momento anterior a violência. Estes jovens identificados nos boletins de ocorrência ou mesmo qualificados em processos que estão se desenvolvendo não representam os grupos sociais que tradicionalmente são associados com a violência: não moram na periferia, não precisam trabalhar, são estudantes universitários e não estão disputando territórios ou distribuição de drogas. A violência é *'apenas'* um instante de adrenalina associado não a uma condição de rebeldia, mas de impunidade ou mesmo satisfação.

São exemplos que confrontam as questões que antes se destacou e que agora se (re)apresentam como vetores do olhar: como agir frente à violência que parece se transformar em intensidade e espacialidade? Como compreender as formas sociais de uma violência que acontece no seio do próprio espaço da sociedade civil a partir de uma banalização da banalidade do mal? Como aceitar a construção de um dogma de segurança em uma sociedade insegura?

O espaço da violência é multifacetado. Ela não está mais limitada à periferia, mas estende sua presença em todo o cenário social. Ela é intensa na medida em que não há uma motivação tradicional que a

justifique, ou seja, acontece na mesma medida em que se dá a compulsão ao prazer. Esta busca pela compulsão ao prazer alcança em uma sociedade hedonista e individualista, como a nossa, uma potencialidade imensurável que, envolvida pela sensação de uma cultura da impunidade, permite o extravasamento de qualquer pulsão, por mais atentatória que seja ao grupo social.

A presença dessa cotidianidade não se dá em doses homeopáticas, ao contrário, estão em um processo assimétrico, uma vez que não são orquestradas por nenhum movimento social determinado, mas por uma conjunção de fatores aleatórios e contingenciais que dificultam a sua compreensão tanto pelo senso comum, quanto pelas condições normativas do Estado. A sociedade se fragiliza ao julgar os representantes de uma geração que está fadada a suceder a geração que a precede.

É a condição de contingência uma condição importante, na medida em que a violência se dá aonde não se espera que ela se dê, pelo menos não da forma em que está aparecendo e se constituindo. Ou seja: não são os membros das tradicionais classes proletárias ou do lumproletariado que engendram os sujeitos da violência a partir de uma linguagem que lhes permite um certo reconhecimento para uma certa ideologia preconceituosa o único reconhecimento que lhes é facultado, mas jovens de classes mais abastadas que extravasam a sua percepção do outro que é uma total exclusão deste, pelo simples fato de serem o outro, qualquer outro.

Inevitável para a surpresa com tal processo ascendente de violência está no fato de que os dados socioeconômicos do Brasil apontem que nos últimos anos um maior número de indivíduos teve um aumento de renda, permitindo-lhes adentrar no espaço antes restrito da classe B.

A pobreza parece não semear mais com exclusividade o agente da violência, mas parece ter se constituído num campo de vítimas mais amplo que se somam aos conflitos ainda presentes em grande medida nas periferias, no sentido em que o 'centro' a percebe ou por aquilo que é compreendido pelo senso comum, em outras palavras, como únicas áreas de instabilidade e marginalidade preferenciais. A pesquisa tem demonstrado que tal percepção ou senso comum não é mais verdadeiro, uma vez que a produção da violência se diversifica e se desterritorializa.

A construção de uma cultura de segurança é então possível frente a essa violência que por falta de um conceito mais adequado é nomeada de difusa? É possível tal dogma de segurança pública?

A violência está, como já se afirmou, amarrada à cultura. Ela é um substantivo cultural de uma sociedade. Desta mesma forma, a ideia de segurança, apesar da sua normatividade, é também um substantivo cultural. Aceitando-se esta referência à violência e à segurança, se pode observar que políticas de segurança se mostram mais aptas a reeducar a relação do Estado com a sociedade, mas se mostram inaptas para reeducar as relações sujeito-sujeito.

É preciso ter uma postura crítica a essa relação violência/segurança-cultura, uma vez que a sociedade parece se mostrar muito mais arredia a qualquer implementação de novos valores morais éticos, até porque experimenta, de forma multicultural e caótica, a crise

de um conjunto de valores sociais a partir disso que se chama crise do paradigma moderno.

A crise desse paradigma se faz ainda mais assimétrica em uma sociedade que vive uma transição constante como a nossa, tradicionalmente autoritária e personalista, em que uma série de experiências definitivas em torno da cidadania e da democracia ainda não foram experimentadas e que pelos efeitos dessa globalização e compressão do tempo e espaço não parecem ser mais possíveis de o serem.

Esta postura crítica é compreendida conforme o que destaca Boaventura de Souza Santos, isto é, *“por teoria crítica entendo toda a teoria que não reduz a ‘realidade’ ao que existe. A realidade (...) é considerada pela teoria crítica como um campo de possibilidades e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado”* (Boaventura, 2011: 23).

Desta maneira, o pressuposto de toda teoria crítica está na convicção de que é possível de se superar aquilo que é criticável no que existe, isto é, naquilo que é social, naquilo que se faz presente em um certo campo de historicidade, aquilo que causa desconforto, inconformismo ou indignação.

Tal desconforto, inconformismo ou indignação com o que existe obriga-nos a uma constante interrogação das condições críticas da sociedade na qual nos inserimos, ao mesmo tempo em que permite que busquemos alternativas fundadas nas respostas que dermos a essas interrogações.

Tais interrogações críticas e a conseqüente busca por alternativas sempre estiveram na base de toda a teoria crítica moderna e foram

formuladas com precisão (por exemplo, pelos teóricos da escola de Frankfurt, tais como Horkheimer e Adorno), e como destaca precisamente Boaventura, tal crítica carregaria uma condenação das categorias que governam a vida social e a “*a luta por objetivos emancipatórios é intrínseca à teoria crítica*” (Boaventura, 2011: 25).

Eis aí o paradoxo: na mesma medida em que a violência se mostra como sujeito da teoria crítica que confronta o paradigma da modernidade em crise, ela não é enquadrada por esta mesma teoria crítica na medida em que alcança uma condição de ascender à condição de épistémè, para além da própria possibilidade da teoria e, nesse sentido, sendo muito mais diversificada e ramificada do que qualquer reconstrução de uma ideia de segurança possa pretender submeter.

As palavras e as coisas se desencontram até porque não haviam se encontrado antes. A violência é conceito polissêmico, agora, na crise da modernidade dos significados, está liberta daqueles axiomas que a reduzem a um campo institucional determinado e a condições psíquicas delimitadas pela tradição freudiana. Ela transcendeu na medida em que se alçou a condição de épistémè. Conforme Foucault,

Assim, na orla exterior da nossa cultura e na proximidade maior de suas divisões essenciais, estão ambos nessa situação de ‘limite’ – postura marginal e silhueta profundamente arcaica – onde as palavras encontram incessantemente seu poder de estranheza e o recurso de sua contestação. Entre eles abriu-se um espaço de um saber, por uma ruptura essencial no mundo ocidental, a questão não será mais a das similitudes, mas a das identidades e das diferenças. (Foucault, 1987: 65)

A violência que se origina nesse agir desprezioso da pulsão, sob o signo de uma ideia de alteridade borrada pela impunidade não traz similitude com quase nenhuma outra forma de violência realizada a partir

daqueles campos de historicidades tradicionais. A sua identidade está na força da sua presença cotidiana e mundana, mas substantivamente formada na diferença que a permeia enquanto irracionalidade desorganizada que foge aos limites territoriais de uma compreensão formal de segurança. Ela é extensão de uma ideia de sujeito que não encontra no conceito de sujeito referencial semântico, na medida em que representa com este a diferença de um novo sujeito, de uma nova forma de sociedade.

3 O PESSOAL QUER SENTIR A EXPERIÊNCIA E DIZER: 'ESTOU NA FAVELA'.

O primeiro morro a receber uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em 2008, foi o Dona Marta, em Botafogo. E a ladeira agora é caminho para um dos 'points' do momento, uma quadra na parte baixa da favela, onde acontecem as festas 'dos bacanas'. Contada no asfalto, a história da festa poderia se confundir como uma celebração de dois universos – morro e asfalto unidos nas noites de sábado. Mas a subida até a bilheteria não deixa dúvida: a confraternização no morro é reservada a quem vem de fora, e o estrangeiro agora é o próprio morador.³

A favela não é mais o território subversivo, marginal, pelo menos para um segmento social que acostumado a compreendê-la como cenário de drogas e violência, hoje, parece buscar ali um novo campo de ressignificação de uma forma de estar em sociedade. O mundo da favela antes linguagem de uma representação discriminada é agora linguagem

³ Reportagem de capa do Jornal 'O GLOBO' de 03/03/2012.

de identificação que apesar de tudo não consegue afastar a máxima '*todos iguais, todos diferentes*'.

É assim porque a condição requerida para reaparecer, para abandonar a (in)diferença e o isolamento se dá próxima aos produtores da imagem na sociedade do espetáculo, ou seja, a identidade-diferença não é a singularidade, porém é antes o inverso: a semelhança é a busca do protótipo instantâneo com o qual se identificarão os novos sujeitos da cultura da periferia que são os consumidores privilegiados de uma multifacetada indústria do divertimento que se reproduz num eficiente império do efêmero que ao fim e ao cabo, de alguma maneira, os excluem.

Tal império do efêmero (entendido aqui como a determinação do sujeito a partir de uma 'marca', de uma imagem que célere subverte a condição de reflexividade defendida por teóricos como Boaventura, Giddens, Beck) representa por si a condição de dissolução da tradição do sujeito mesmo e do outro, num rearranjo simbólico que desvaloriza referenciais culturais que antes serviam de referência e controle. Nesse processo de dissolução, a violência deixa de estar contextualizada para, na condição de épistémè volátil, reencantar o grupo social a partir de uma condição de conectar sujeitos aos sujeitos e ao mundo. A violência se constitui também em 'marca' de uma forma de re(a)presentar-se.

Essa espetacularização da favela não se faz sem uma apropriação daquilo que os novos moradores-consumidores conseguem traduzir, e toda a tradução é uma forma de traição de significantes.

Isso não quer dizer que a espetacularização da favela é responsável pela ampliação do território da violência e pela sua incerta substancialidade social, o que seria por demais maniqueísta concluir. Contudo, uma sociedade comprimida na sua tradição tempo-espaço e

determinada pela dromologia que torna o simulacro elemento de conhecimento, importa aquilo que pode compreender ou mesmo importa aquilo que não compreende, mas que nem mesmo assim impede o consumo. É o que se percebe com a violência que é traduzida como uma forma de expressão que permite a muitos sujeitos romper com a condição de perdimento no anonimato social.

O morro e a periferia já foram somente territórios do malandro, do traficante, do crime organizado e das milícias, hoje, é também um espaço de manifestação cultural de um contingente social que necessariamente não tem raízes naquele espaço social. Da mesma forma, os 'valores' dessa periferia são transportados para outros espaços, fetichizando comportamentos e hábitos que se desterritorializam. Aos moradores tradicionais se percebe uma reclassificação social na medida em que não têm uma mesma importância na escala de produção-consumo dos valores que antes representavam, mas que agora são, igualmente, estranhos estrangeiros.

Todo este processo de aproximação ajuda também a dessacralizar a violência, permitindo-lhe alcançar uma representatividade social que antes se buscava ideologicamente associar apenas aos pobres, aos drogados e aos favelados, enfim, aos que se podiam rotular como tradicionalmente excluídos. Se ainda não a queda, mas sim a porosidade das fronteiras sociais permit(e)iu ao grupo social reconhecer, dentro do seu possível, o que não inventou, mas agregou. A violência é forma de ser e estar numa sociedade em que são raras as possibilidades de se re(a)presentar para além do grupo.

Nessa perspectiva de objeto de consumo, a violência se reordena, renormatiza-se como um código de sociabilidade a uma sociedade constantemente carente de fenômenos midiáticos, ao mesmo tempo em

que ela ganha um sentido vital: ela expressa a expressão de perdimento do sujeito em uma realidade de imagens que sufocam os indivíduos, levando-os a uma linguagem de compulsão, numa esquizofrenia amplificada para fugir do isolamento do anonimato, seja no grupo ao qual se insere, seja em relação ao espaço social mais amplo e que pode por uma variável de condições permitir um tipo qualquer de inserção.

O excesso nela percebido se dá também e, principalmente, nos espaços generosos da mídia que apenas a identificam, mas não operam espaços de discussão sobre as condições de sua emergência difusa e disseminada. O produto ao qual se nega a devida reflexão não tem ainda valor significativo de capital simbólico para atrair a construção midiática.

Ela (re)organiza a moda, a marca do entrechoque de culturas que buscam subverter a ausência do sujeito contemporâneo, estimulado por vários impactos da força que ela representa sobre o papel que o indivíduo pode alcançar na sociedade que conspira contra a emancipação apesar de subverter a regulação.

Diluída no comportamento de novos objetos de consumo, no encontro do morro e da periferia com o centro, ela mesma se vê como síntese de uma nova épistémè, como linguagem de uma nova e paradoxal norma social que, talvez, contingente e incerta signifique a derrota das lutas sociais contra ela, mesmo que tal derrota signifique reagrupar sujeitos e permitir surpreender o espaço social com uma novalingua e um novo tipo de agir socialmente.

4 A GUIA DE CONCLUSÃO

As propriedades que se formam sobre o tema da contemporaneidade da violência, capaz de constituí-la como uma

amarga épistémè que emerge da atual crise do sujeito e da sociedade é tanto na ordem da quantidade, quanto na ordem da qualidade, um breve instantâneo tirado arbitrariamente desse fenômeno contundente que produz uma sociedade refém do medo e da insegurança, o que para alguns inclusive alcança uma condição substancial em risco.

Os exemplos que se destacou são mínimos quando se observa o cenário atual. A representação é meramente ilustrativa das ideias centrais que se buscou destacar aqui. Representam uma ordem na desordem. O que se quis com eles foi buscar um flash de uma antropofagia social que serve para aproximar o empírico do teórico.

A violência é muito maior do que a pronúncia oficial sobre ela. É aquela que acontece contra os perdidos ao exercício de uma plena cidadania, significa uma simbolização no próprio conceito que transcende ao olhar que busca encontrar naquela praticada pelo Estado a sua principal matriz.

A violência está entranhada na cultura social, ela alimenta e é alimentada pelo imaginário social na medida em que mobiliza um enorme contingente de discursos em torno dela, de signos que se desenvolvem dela e para ela, e que a tornam como uma condição de ascensão de anônimos que se vêem perdidos na crise da tradição e na fragmentação e estranhamento dos valores constitutivos em uma certa forma de ser sujeito, ser sociedade.

Ao mesmo tempo ela faz parte do 'pacote' de produtos que aproximam os espaços antes periféricos dos espaços antes centrais, numa fragmentação dos territórios sociais que em muito contribuem para que ela seja compreendida a partir de uma certa opacidade e liquidez, no sentido em que penetra todos os grupos, todos os campos e todos os capitais simbólicos sem que isso resulte em um enfraquecimento de sua

potência e de sua importância social. É uma condição sem herança que carrega a força de instituir sentidos ainda insensíveis de conceitos que não estão capazes em fundar alguma regra e ou conclusão.

Se para Foucault o poeta e o louco representavam dissidentes na épistémè clássica, na nova épistémè, ainda em construção na medida mesmo em que ela é reconhecida, a violência rompe aqueles espaços encarcerados pela razão e torna a tradição civilizacional em um dissidente frente a sua força discursiva. É fundamental um método para se enfrentá-la, para que através de uma constante repetição se possa revelar a sua real significação nessa era de intensa fragmentação e conflitualidade. Como reafirma Bachelard,

Um conhecimento movido por métodos de aproximação poderá seguir o fenômeno até em sua individualidade e em seu movimento próprio. Pode aspirar, pelo menos, a transcender a generalidade. A repetição monótona de procedimentos simples é, no mínimo, uma repetição – isto é, um movimento. Quando se pensa que essa repetição, que é a base da aproximação, obedece por definição a um princípio de ordenamento, percebe-se que aí está um método que, em sua aparente modéstia, pode substituir a ambiciosa intuição imediata dos grandes filósofos por uma intuição progressivamente organizada, apta a alargar os conceitos. (Bachelard, 2004: 32)

A violência, mais do que outras tantas funções sociais não é uma ficção social. Compreendida enquanto épistémè dessa sociedade de conflitualidade globalizada é uma condição constitutiva da realidade social. Ela traz, nesse sentido, um conjunto de atos que formam um rito de instituição-passagem que permite ao grupo social realizar não o reconhecimento de uma condição de sujeito de direitos, mas uma identidade que define, institui, constitui e intima o sujeito a tornar-se, por

um lado, aquilo que não quer ser, ou seja, o que ele tem de ser, obrigando-o a cumprir uma função social que o iluminismo buscou esconder, mas que na crise dessa forma de razão emergiu enquanto irracionalidade razoavelmente possível. O sujeito social entrou no jogo de uma nova racionalidade antropofágica; por outro lado, aquilo que ele busca crer que é, uma vez que a angústia da sua diluição num espaço social cada vez mais amplo na medida de sua liquidez sufoca as possibilidades nele de um reconhecimento em torno de outros tipos de manifestação que não através de um potencial conflitualidade que não raro desagua em uma crescente e fértil violência.

5 REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Lições de Aula. Aula inaugural proferida no Collège de France em 23 de abril de 1982**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das Ciências Humanas**. 4ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Crítica da Razão Indolente. Contra o desperdício da experiência**. 8ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

TAVARES, José Vicente, TEIXEIRA, Alex Niche e RUSSO, Maurício. Orgs. **Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Porto Alegre: Sulina; Editora UFRGS, 2011.

TOURAINÉ, Alain. **Em defesa da sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

JORNAIS PESQUISADOS:
Jornal Estado de São Paulo
Jornal Folha de São Paulo

Jornal O Globo
Jornal Zero Hora